O Centenário de Joaquim Pimenta

Manuel Lima Soares
(Do Instituto do Ceará)

Joaquim Pimenta nasceu no adusto sertão cearense de Tauá, a 13 de janeiro de 1886, vindo a falecer no Rio de Janeiro, aos 77 anos de idade, no dia 07 de março de 1963. Foram seus pais o farmacêutico prático João Nepomuceno Pimenta, um homem caridoso e amado por todos os seus rebentos, e a senhora Vicência de Souza Pimenta, progenitora carinhosa, de grande alma cristã, mãe de dezesseis filhos e, a seu tempo, a moça mais bonita de Tauá.

Órfão de mãe aos nove anos, foi quando matriculou-se na escola pública da Professora D. Maria do Livramento Barreto da Costa Leitão, desde cedo ocupando a ponta de honra do banco em que tinha assento o primeiro aluno. Necessitando de emprego, vendeu copos de gengibirra, a vintém por unidade, no mercado público de sua terra, experimentou ser cobrador de impostos da municipalidade, tentou a aprendizagem da profissão de alfaiate e, por fim, aquietou-se como sacristão na igreja matriz de Tauá.

O estudo de português, latim e francês, Joaquim Pimenta iniciou, após ter deixado a escola primária, com o vigário de sua cidade, Pe. Joaquim Ferreira de Melo. Ao mesmo tempo ampliava o seu círculo de cultura religiosa, estudando a bíblia, lendo Vieira, livros de teologia, Soriano de Sousa e outros, impregnando-se de fé religiosa. Membro atuante da Conferência São Vicente de Paulo, prosseguia no convívio dos escritores católicos. Ainda em Tauá, nos seus exercícios de

francês, chegou a traduzir Massilon, Lacordaire, Bordaloue, Bossuet e Chateaubriand.

Após ter-se decidido a estudar direito, veio aos 18 anos para Fortaleza, tentar os preparatórios no Liceu do Ceará. Sua competência em português e francês foi prontamente reconhecida. Afinal, depois de muitas peripécias e dificuldades materiais terminou no Liceu o seu curso de humanidades.

A Faculdade de Direito do Ceará quando Joaquim Pimenta nela ingressou estava ainda na sua fase inicial, com um professorado sem concurso, escolhido entre os apaniguados do governo, com um corpo de alunos em sua maioria de funcionários públicos e protegidos, sendo permitido ao discente que concluisse o curso de humanidades em dezembro prestar exame do primeiro ano em março, entrando logo para o segundo.

Contudo, Joaquim Pimenta recusou o privilégio e quis realmente cursar o primeiro ano, o que influiu consideravelmente na sua formação cultural, haja vista que tornou-se aluno e, de certo modo, continuador, na linha de pensamento, do professor Soriano de Albuquerque, um pioneiro da Sociologia no Brasil, cuja figura de intelectual, mestre e apóstolo da ciência social entre nós, foi tão bem delineada pelo escritor Abelardo F. Montenegro.

Ouvindo o vulgarizador das idéias novas, o simpático preletor que congregava os seus alunos em torno dos sistemas filosóficos e das teorias científicas, Joaquim Pimenta ingressou nas hostes do livre pensamento e no conflito que julgou existir entre a Ciência e a Religião, entre a Razão e a Fé. A doutrina de Spencer caiu-lhe n'alma como uma revelação. E aos poucos o sistema evolucionista foi fazendo saltar pelos ares a montanha dos dogmas, como ele próprio confessou.

Logo posicionou-se em combates jornalísticos anticlericais, ora investindo contra a presença de frades estrangeiros no Brasil, ora comentando doutrinas e fatos ligados ao Catolicismo, guardando opinião final de que a Igreja sempre procurou entravar o progresso, quer no domínio das ciências, quer nos movimentos de reivindicação social, "só se submetendo ou aderindo a estes depois de definitivamente vitoriosos".

Jornalismo e magistério foram vocações sempre exercitadas por Joaquim Pimenta. Na imprensa, segundo suas próprias palavras, sua estréia se deu em um jornal de Baturité, no Ceará, com uma choradeira sobre o suplício e morte de Jesus. Em rápido bosquejo poderemos dizer que começou a produzir literatura filosófica na revista *Fortaleza,* da capital

cearense, onde examinou a moral, do ponto de vista religioso, metafísico e positivo. Foi por intermédio dessa revista que veio, para escândalo de muitos, revelar-se livre pensador, defendendo a Reforma de Lutero e sustentando, então, áspera polêmica com o órgão diocesano *Cruzeiro do Norte*. Logo depois fundou em Fortaleza *O Demolidor,* continuando a campanha anticlerical. Em seqüência, sob a inspiração das primeiras leituras de Proudhon, Bakunine, Kropotkine e Elisée Reclus, foi o arauto de violenta literatura anarquista, na pacata Fortaleza, investindo contra a existência de todos os tiranos, nas colunas do jornal *Terra da Luz.*

Os dois anos finais de seu curso de direito Joaquim Pimenta os realizou em Recife, aceitando conselhos de Soriano de Albuquerque e buscando emergir do ambiente hostil que era para ele o governo e a política do velho Nogueira Acioly, no seu Estado de origem.

Em plagas pernambucanas, a começar de 1909, atravessou prementes dificuldades, muito lhe valendo a amizade com o seu futuro sogro, Raul Azedo, por intermédio do qual veio a colaborar no *Correio de Recife,* comentando fatos e doutrinas ligados ao Catolicismo. Tornou-se um dos articulistas do *Jornal do Recife,* abordando sobretudo assuntos filosóficos. Com Raul Azedo e outros, integrou a redação de *O Norte,* periódico político de vida efêmera. Sua mais ruidosa polêmica ele a sustentou nas colunas do *Jornal do Comércio*, versando a questão social e o Catolicismo, contraditado por Barreto Campelo, no *Jornal Pequeno.* Os artigos reunidos vieram a constituir uma das suas mais interessantes obras, como veremos.

Mas a grande trincheira da liberdade em que Joaquim Pimenta, Raul Azedo e outros, defenderam os interesses coletivos de Pernambuco, mormente os de sua classe obreira, foi sem dúvida o jornal *Diário do Povo,* onde os manifestos, os artigos, as entrevistas, as reportagens, o noticiário, todas as publicações se punham de acordo com o lema adotado, que era o de educar o povo e vencer pela verdade.

O jornal era franqueado a todas as classes sociais e a aceitação do público lhe esgotava as edições, refertas de propaganda socialista, de assuntos de imediata utilidade para o proletariado e de informações sobre tudo quanto tivesse ligação com a vida sindical.

No *Diário do Povo* Joaquim Pimenta travou a sua luta mais renhida em prol da autonomia do Estado de Pernambuco, ameaçado de intervenção federal, nos agitados dias de 1922.

Durante a porfia, sua casa chegou a ser alvejada por desordeiros; sua mulher, Alice Pimenta, foi atingida por um projétil; ele próprio foi ferido em praça pública, além de ameaçado de processo judicial, contra sua pessoa, sua consorte e seus amigos. *O Diário do Povo* foi espingardeado por soldados do exército, morrendo dois operários na sua defesa. Mesmo assim, rematou vitorioso a sua campanha.

A partir de 1918 tornaram-se freqüentes as visitas de Joaquim Pimenta ao Rio de Janeiro, bem assim as suas colaborações em jornais da então Capital da República. Freqüentou, destarte, as colunas de *O Jornal, Jornal do Comércio, Correio da Manhã, O País* e *O Imparcial*, neste ocupando-se com doutrinação socialista e fatos do interesse do operariado.

Nessas visitas ia travando conhecimento com homens de letras, juristas, empresários e políticos, aproximando-se assim de Clóvis Beviláqua, Pedro Lessa, Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Monteiro Lobato, Irineu Machado, João Luís Alves, Humberto de Campos, Henrique Lage, Orígenes Lessa e outros, dos quais desfrutou da amizade e da admiração.

No tocante ao jornalismo, ainda em Recife, não se deve esquecer a colaboração prestada ao *Diário da Manhã*. Tampouco não é possível silenciar sobre a fundação, ao lado de Raul Azedo, do quinzenário *O Tacape*, que circulou de 1928 a 1930, ao lado do matutino *O Libertador*, ocupando-se o primeiro com fatos e casos da política regional e nacional, e o segundo destinando-se a sustentar em Pernambuco a campanha da Aliança Liberal, em defesa da candidatura presidencial de Getúlio Vargas.

A festejada *Folha do Norte*, do vibrante jornalista Paulo Maranhão, em Belém do Pará, também teve oportunidade de agasalhar colaborações de Joaquim Pimenta, explorando temas de caráter político ou social, mas sem deixar de lado as polêmicas de cunho filosófico e religioso.

O jornalista Joaquim Pimenta nunca arrefeceu. Sua última obra, é de ver-se, já da década de 60, foi primeiramente publicada em artigos na imprensa carioca. Da mesma forma o professor, desde Tauá ao Rio de Janeiro, passando por Fortaleza e Recife, nunca abandonou a sala de aula.

A sua queda para o magistério o fez madrugar no convívio com os alunos, principiando no ensino primário, em Tauá, de 1902 a 1904. Depois enveredou pelo ensino secundário, de 1905 a 1908, em Fortaleza, prosseguindo em Recife, de 1909 e 1931, no curso secundário, na Escola Normal e na

Faculdade de Direito, para concluir sessenta anos ininterruptos de professorado, no Rio de Janeiro, nas Universidades do Brasil e do Estado da Guanabara, de 1932 a 1962.

Secretário da Inspetoria Geral da Instrução Pública, em junho de 1912 casou-se Joaquim Pimenta com a jovem Alice, filha do Dr. Raul Azedo, enlace que uniu duas almas verdadeiramente afeiçoadas, aquela que seria, no seu dizer gentil, um rosário dee estrelas no seu destino.

Nos dois últimos anos da Primeira Grande Guerra o operariado pernambucano, incitado pela revolução russo-soviética, principiou a agrupar-se em torno de interesses comuns, dando vida a manifestações de solidariedade e exprimindo sinais de uma consciência de classe tendente a movimentar reivindicações e dissídios coletivos.

Em 1919 Joaquim Pimenta efetuou, numa conferência no teatro de Jaboatão, o seu primeiro contato com o proletariado de Pernambuco. Nessa fase, o capitalismo pernambucano se circunscrevia a apenas algumas usinas de açúcar, umas poucas fábricas e empresas de transporte, ao lado da pequena indústria urbana e reduzida propriedade rural. As relações se multiplicaram, a intimidade, a liderança do professor, jornalista e condutor de massas se aprofundou, permanecendo a sua influência nos movimentos obreiros até quando se trasladou para o Rio de Janeiro.

Na opinião de Joaquim Pimenta nas usinas e nos engenhos de açúcar a situação do trabalhador rural era pior do que a do servo da gleba, na Idade Média. Não estava vinculado à terra, mas dela nada lhe vinha do que cultivava. O salário miserável, descontado sobre o fornecimento de gêneros alimentícios, de pouco lhe valia. Desnutrido, verminótico, empaludado, analfabeto, semi-nu, morando em casebres imundos e insalubres, tal era a condição.

Embora em melhor posição, os trabalhadores da Capital viviam alheados dos seus direitos, em lamentável desorganização, sem a devida arregimentação sindical, embora existisse lei para tanto desde 1907.

Joaquim Pimenta observou que em Recife aquelas fábricas, aqueles armazéns de açúcar, aqueles trapiches, aquelas estações e oficinas da Great Western e da Pernambuco Tramways, numa palavra, só na aparência tinham empregados possuidores de uma livre relação de emprego. A regra geral, como ele constatou, era o trabalho humano extorquido e desamparado, não menos servil do que o trabalho escravo.

E então, movimentando-se dentro do quadro de necessidades proletárias urgentes e insatisfeitas, de misérias sociais e a erradicar, de sofrimentos a coibir e esperanças a alimentar, ele arregimentou e animou a classe trabalhadora, através de suas associações e sindicatos, dispondo-se a "arrancar das situações e dos acontecimentos o que eles pudessem dar".

Dessa maneira ficaram famosas e ecoaram pelo Brasil afora as suas campanhas, as suas reivindicações operárias e sociais e os seus movimentos grevistas.

Não comporta o presente trabalho do inventário detalhado de todos os seus feitos. Fique registrado, como exemplo, apenas um dos mais notáveis, o empreendido contra a lei orçamentária estadual, que majorava os impostos em proporções que excediam de muito a capacidade econômica dos contribuintes. Fechado o comércio em Recife e nos municípios mais importantes, paralisada a produção industrial e interrompidos os serviços de transporte, além de prejudicado o trabalho em todo o Estado, o governo cedeu, abolindo o chamado "orçamento-monstro", em 1921.

A atitude de hostilidade de alguns burgueses abastados e a oposição dos intelectuais da extrema direita constantemente se voltaram contra Joaquim Pimenta. Porém, é mister que se diga, sua liderança proletária em Pernambuco nunca obedeceu ao propósito extremista de socializar os meios de produção e de troca, extinguir completamente os latifúndios e doar terras aos camponeses, transformar as fábricas e os grandes estabelecimentos de comércio e de crédito em propriedades coletivas.

Ademais, na década de 20, em Pernambuco, a consciência operária de classe, não era ainda de uma limpidez que a capacitasse em transformar-se em força organizada, capaz de conquistar e conservar o poder.

Em suas memórias ele nos revela que se viu traído pelo lado humano e dramático das ocorrências, utilizando-se mais de uma lógica sentimental e de um método pragmático do que da possibilidade de colocar uma ideologia em um campo experimental.

Entretanto, pelejando, como pelejou, por um novo direito, o direito obreiro, de que foi um dos pioneiros no Brasil, na teoria e na prática, Joaquim Pimenta nada mais fez do que situar-se dentro da tradição do idealismo democrático de Pernambuco, mantendo os hábitos de sua gloriosa escola jurídica, dentro de uma nova concepção da vida social, nos

seus intuitos generosos, como autorizadamente interpretou Clóvis Beviláqua.

Data de 1915 o primeiro livro de Joaquim Pimenta, os seus *Ensaios de Sociologia,* constando da reunião de vários escritos já publicados em jornais e revistas. A brochura abrigava estudos esparsos referentes à Sociologia e ao Direito, detendo-se no Direito Primitivo, em considerações sobre *A Nacionalidade e a Língua,* demorando-se na apreciação da Pena de Morte, do Anarquismo e Criminalidade bem como do Alcoolismo e Criminalidade. Outros capítulos versavam *O Darwinismo na Sociologia, A Psicologia Social e a Sociologia, O Direito Público em face do Determinismo Sociológico* e uma contribuição sobre o que intitulou de *Um Novo Direito,* o direito de greve.

A unidade subjetiva dos temas contidos no livro, "que tanto se define quando divisamos o direito no mecanismo da vida social, como ressalta da crítica de fatos intrinsecamente relacionados com os fenômenos jurídicos", deu ao autor a convicção de que nem o tempo nem a experiência trouxessem a necessidade de modificar os ensaios, salvo quanto à pena de morte, consentida na obra e depois rejeitada em posterior tomada de consciência. Essa publicação lhe assegurou o título de *Livre-Docente da Faculdade de Direito do Recife.*

Combatente de idéias, lançou em 1921, com segunda edição em 1936, *A questão social e o Catolicismo.* Procurou demonstrar que a solução das dificuldades da vida econômica, da luta entre o trabalho e o capital, não pode vir da Igreja. Segundo Clóvis Beviláqua, ele mostra, com a lógica e com os fatos, que medidas religiosas não podem resolver questões econômicas, políticas e jurídicas. Seu trabalho é uma crítica da ação da Igreja sobre a vida social. Mas é uma crítica de natureza construtiva, onde o autor não se mostra adversário do sentimento religioso.

Sociologia e Direito é um livro de 1928. De suas páginas podemos inferir, na linguagem do autor, que o direito desenha e reflete a fisionomia e o relevo de uma comunidade humana, devendo assim ser necessariamente sociólogo o jurista completo, como necessariamente jurista e sociólogo competente. O livro inclui a tese *Cosmogonia do Direito Romano,* apontando as fontes pré-históricas da Ciência de Ulpiano, bem como os pontos de identidade ou similitude com o direito entre os povos primitivos. Vale salientar que com essa tese Joaquim Pimenta disputou a vaga de Professor Substituto de Filosofia

do Direito e Direito Romano, da Faculdade do Recife, com o jornalista Assis Chateaubriand, verificando-se um empate e sendo nomeado este último.

O seu ingresso no corpo docente da Faculdade de Direito do Recife se deu por concurso, em 1917, para Professor Substituto das cadeiras de Economia Política e Direito Administrativo, em brilhante prélio cultural.

Editado em 1930, o livro *Golpes de Vista* constitui a reprodução de artigos onde estão presentes o espírito crítico penetrante e a combatividade nunca desmentida, nas áreas do estudioso da Sociologia e do Direito e do analista de fatos e problemas de dentro e de fora do Brasil.

Investigando a enganadora miragem da real possibilidade de um governo do povo pelo povo, responde com a certeza de que em última análise quem governa são os grupos, que dominam pela superioridade econômica, moral ou intelectual. Observando a evolução histórica dos escravos e feitores, mostra a existência das elites espúrias, cujo atual pensamento ainda é o de que a tudo têm direito, sem prestar contas dos seus atos. Perquirindo a possibilidade de uma educação integral só a vislumbra no caso de uma total adaptação do indivíduo ao seu meio social. E finalmente, a propósito de ideologias mortas, aconselha ao operário para que o mesmo torne-se homem e cidadão pleno, para que possa viver outros tempos e adquirir outras virtudes.

Cultura de Fichário, livro de 1940, é substancialmente uma obra de combate ao que considera falsas teses, meias verdades e afirmações inseguras, no terreno de sua especialidade, livro onde a argúcia crítica e o temperamento polêmico dominam os assuntos apresentando considerável bagagem de informações. É de oferecermos alguns exemplos para a comprovação da assertiva.

Jacques Maritain afirma peremptoriamente que o indivíduo existe para a sociedade. Escreve Joaquim Pimenta que por mais que se tente, em Sociologia, "nunca será possível demonstrar que o indivíduo existe para a sociedade" mas sim "que indivíduo e sociedade coexistem", nessa coexistência confundindo-se ou refletindo-se biológica e psicologicamente.

Refutando uma disparatada classificação dos fatos sociais em fisiológicos, tecnológicos, econômico-sociais e político-históricos, apresenta o seu próprio elenco, catalogando-os em econômicos, religiosos, morais, estéticos, intelectuais, técnico-científicos, lingüísticos, jurídicos e políticos. Assevera que os

fenômenos físicos, vitais e psíquicos são os substratos e fatores de todos os fatos sociais. E explica mais que, com exceção dos fenômenos técnico-científicos, sua classificação está muito aproximada do quadro geral apresentado pela maioria dos especialistas. Mas esclarece que sua contribuição, reunindo os fenômenos técnico-científicos, junta um patrimônio cultural que cristaliza o grau de civilização de uma sociedade. A técnica é a inteligência que opera, que executa, que constrói. A ciência é a inteligência que especula, que investiga, que concebe. Sociologicamente, uma e outra se vinculam, através do mesmo processo de adaptação progressiva da vida psíquica ao meio físico e do meio físico ao meio social.

Há no livro também um aspecto faceto. Assim, ao derruir a idéia dos que apresentam a Sociologia como ciência normativa, tendo como meta precípua o progresso da sociedade, comenta que o progresso da sociedade não esperou pelo sociólogo, como terá dispensado o teólogo e o metafísico. Aduz que a história social da civilização começou com o bastão de cavar, com a enxó, com a alavanca, para atingir a máquina a vapor, no século XVII, quando a Sociologia tinha apenas precursores. O progresso, definiu, nada mais é do que um dos aspectos dinâmicos da sociedade. E então jocosamente argumentou, finalizando a crítica, que se a Sociologia tivesse por fim o progresso da sociedade poderíamos chegar ao absurdo de acreditar que a físico-química se destinaria ao progresso da matéria e a astronomia ao progresso das nebulosas, para que se transformassem em sistemas planetários...

Joaquim Pimenta não foi apenas o professor, o jornalista, o lidador incansável, encarando de frente a questão social do trabalho, o paladino das liberdades populares, em suma o escritor que fazia de suas lutas a matéria-prima para as suas obras.

De suas mãos conhecemos também o belo livro *Retalhos do Passado,* repositório dos fatos que viveu e episódios que testemunhou, livro de memórias aplaudido por Monteiro Lobato e exaltado por Eloy Pontes, entre outros, com edição da parte relativa à sua trajetória de Tauá a Fortaleza em 1945 e o restante, do Recife ao Rio, em 1949.

Todo o seu esforço, todas as suas batalhas, todas as suas conquistas, bem como todas as decepções e amarguras, estão ali retratadas, com sinceridade, emoção e sentimento, figurando a obra dentre as de maior realce no gênero, agradando tanto pelo fundo como pela forma.

Nele Joaquim Pimenta aparece de corpo inteiro e revela claramente a formação de sua personalidade. Por suas próprias palavras ficamos sabendo que por detrás do professor, do intelectual, do socialista metido no paletó ou no fraque "sempre estavam a roupa de algodão, o chapéu de palha de carnaúba e as alpercatas do menino de Inhamuns". Foi ele todos os dias o eterno matuto bem vestido, de alma telúrica e coragem audaciosa, criado na paisagem cálida do Nordeste e formado nos embates incessantes entre o homem e o meio, na luta contra as secas e todo o seu cortejo de misérias. Nunca deixou de ser a criança sertaneja cheia de compaixão pelos sofredores de sua gleba, o adolescente exercitando os primeiros arroubos de liberdade contra os mandonismos locais. Tudo isso estratificou-se em Joaquim Pimenta e foi o alimento permanente de sua ação.

Na seara do direito do trabalho Joaquim Pimenta prestou ao país os mais assinalados serviços. Juntamente com Evaristo de Morais, Agripino Nazareth, Afonso Bandeira de Melo e Jorge Street foi um dos mais persistentes colaboradores dos Ministros Lindolfo Color e Salgado Filho, nos primeiros embates do Ministério do Trabalho, com o advento do governo de Getúlio Vargas.

Na qualidade de Procurador, no dito Ministério, durante sete anos participou das principais reuniões de onde surgiram as nossas primeiras leis trabalhistas, algumas redigidas por ele próprio, como as da reforma da lei sindical e a da lei de acidentes do trabalho, produzindo excelentes pareceres e elaborando, ao lado de um pugilo de juristas os primeiros lineamentos de hermenêutica do direito laboral no Brasil. Um problema de acumulação fê-lo optar pelo cargo de professor. Foi quando, a partir de 1937, passou a ocupar a cátedra de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, na Faculdade Nacional de Direito.

Decorre desse fato a sua obra didática, *Sociologia Jurídica do Trabalho,* com primeira edição em 1944, alcançando a 5ª edição em 1957, já modificada para *Sociologia Econômica e Jurídica do Trabalho,* volume analisado por Clóvis Beviláqua, que manifestou ter sido o livro escrito com a segurança do especialista e a superioridade de quem possui cultura geral e filosófica, sublinhando ainda a elegância e a fluência do escritor.

Nele o autor principia por sumariar os aspectos sociais da Revolução de 1930, que rotula de revolução de superfície,

pesquisando os caminhos do direito do trabalho antes e depois do referido movimento. Verifica as relações do direito do trabalho com os outros ramos do jurismo, com a ciência econômica e com a sociologia. Vê o trabalho como fator de civilização e progresso, bem como forma de cooperação social. Estabelece as relações de interdependência entre o fenômeno econômico e os outros fenômenos sociais. Incursiona pelo trabalho e a técnica dos povos primitivos e observa a técnica industrial e a organização do trabalho entre os povos da antiguidade, visualizando também o trabalho e o artesanato na organização corporativa medievalista e na economia moderna, onde se deu a formação histórica do proletariado industrial.

Isto feito, aborda com objetividade e segurança o problema do direito do trabalho e da questão social, que ele enfoca sob a ótica econômica, jurídica, moral e educacional, fugindo ao simplismo das explicações unilaterais. Conceituando o sindicato, acompanha a sua formação, finalidade e características, sua relação com a profissão, o salário e a convenção coletiva de trabalho, rematando com um apanhado sobre o direito sindical brasileiro.

O contrato individual do trabalho e o acidente do trabalho, com a doutrina respectiva, encorpam substancial número de páginas, descendo aos fundamentos institucionais, aos conceitos técnico-jurídicos e às teorias sobre a responsabilidade, finalizando pelo risco social e a responsabilidade coletiva.

O livro tem o seu epílogo dedicado à questão da civilização e da paz social, buscando situar o entrechoque do capital e do trabalho no resultado da reconstrução econômica e política do mundo contemporâneo. Traz ainda, como apêndice, um escrito sobre o trabalho, a associação profissional e o direito de propriedade na Encíclica *Rerum Novarum*.

Ensina que todo o regime social da civilização descansa sobre as colunas mestras da família, da propriedade e do Estado. A família é o primeiro núcleo de cooperação social e de solidariedade humana. Para que se constitua e estabilize como unidade moral e socialmente autônoma necessita que lhe seja franqueada uma auto-suficiência econômica, que vem a cristalizar-se na propriedade. Esta, na sua função social, não pode ter um fim puramente individualista, por ser um patrimônio de valores sociais, envolvendo interesses da sociedade em que se integra. O Estado, que foi outrora máquina de poder, instrumento de dominação de uma classe sobre outra, tende a con-

verter-se em um órgão de coordenação de grupos sociais, garantindo instituições como a família e a propriedade, aproximando-se de uma base igualitária de direitos econômicos e de direitos políticos, diante de três caminhos que se lhe apresentam: a solução marxista, com a socialização dos meios de produção e de troca; a solução trabalhista, com a nacionalização progressiva das grandes empresas de produção, de transporte e de crédito; e a solução norte-americana, com o controle também dos meios de produção e de troca, sem sacrifício ou restringimento do espírito de livre iniciativa e liberdade individual.

Joaquim Pimenta foi terrivelmente cáustico para com a encíclica de Leão XIII. Considerou-a atrasada no tempo e no espaço, fruto do oportunismo que fez a Igreja, "através das idades, cesarista com os imperadores de Roma, feudalista com os suseranos medievais, monarquistas com os reis, republicana com a burguesia e *socialista* com o proletariado".

Nas considerações de Joaquim Pimenta e *Rerum Novarum* não passa de uma defesa sistemática e obstinada da ordem econômica e do sistema capitalista, com a intangibilidade da propriedade privada, a inviolabilidade da propriedade particular, seja qual for a sua forma, mesmo a dos magnatas. Os modelos de associações, de organizações sindicais católicas que a encíclica apresenta, em absoluto, não resolvem a questão social, pois visam em última análise sempre a recristianizar as massas obreiras, de há muito perdidas pela Igreja. O conselho do Pontífice aos ricos é que eles dêem, comuniquem as suas riquezas, lançando o supérfluo no seio dos pobres. Seria então pela caridade, pela esmola, que o trabalhador teria de participar da riqueza e da opulência capitalista.

Repetindo que a pobreza não é um opróbrio, a encíclica fala para o proletário o mesmo linguajar que desde São Paulo repetiu para com o escravo e o servo da gleba, a todos só restando a esperança da outra vida, no Céu, para alcançar melhores tempos. Entretanto a mentalidade do operário não difere da mentalidade burguesa, quanto ao teor, quanto ao uso e gozo dos bens terrenos. Assim, uma distribuição do supérfluo, de esmolas, das sobras, dos patrões aos operários, sobre ser irrisória, humilhante, insultuosa, não alcança o ideal da justiça mais perfeita a que os trabalhadores aspiram.

O final da crítica de Joaquim Pimenta alude a que, por todos os motivos acima resumidos, afigura-se na encíclica o

Deus de Leão XIII como um vigilante guarda-costas de banqueiros.

Neste despretensioso ensaio sobre a vida e a obra de Joaquim Pimenta não quisemos deixar sem notícia nada do que escreveu. Daí o presente sumário sobre a apreciação da *Rerum Novarum.* Nestes dias da atual década vive a Igreja outros momentos, notadamente com a sua opção preferencial pelos pobres, com o movimento da teologia da libertação e os itinerários de paz, realizados por João Paulo II, o Pontífice reinante. Se vivo fora, acreditamos que Joaquim Pimenta reconheceria a mudança.

O livro principal de Joaquim Pimenta, a sua *Enciclopédia de Cultura,* é aquele em que reune, define e explica mais de mil e quinhentos e setenta verbetes relativos à Sociologia e ciências correlatas, sem favor uma obra de mestre e de sábio, pela categoria da matéria coligida, pelo suporte de uma seletíssima bibliografia, pelas excelentes e oportunas contribuições pessoais, bem como pelo engenho e arte da urdidura.

Revelou o filólogo Hélio Melo, amigo pessoal do escritor, que o professor Djacir Menezes manifestou pelo livro uma incontida admiração, chegando a dizer que a notável e profunda soma de conhecimentos nele contida dá a impressão de que somente uma plêiade de pesquisadores poderia elaborá-lo.

A primeira edição, em um volume, é de 1955. Consideravelmente aumentada, em dois volumes, a segunda edição é de 1963. Impossível tentar, no âmbito deste trabalho, o apanhado geral deste repositório de ciências sociais, direito e filosofia, que se enfeixa na setecentas e poucas páginas dadas à publicidade pela Livraria Freitas Bastos. Mas é possível afirmar, sem temer contestação, que preside a sua feitura e o seu ordenamento aquela fé na ciência já manifestada desde os primeiros contatos com a filosofia de Spencer, em Fortaleza, sob a inspiração de Soriano de Albuquerque, fortalecida em Recife com a influência de Raul Azedo e a continuidade de profundos estudos, fé na ciência que lhe dava a certeza da possibilidade de em um tempo futuro elevar-se o espírito humano, por via do conhecimento científico, ao conhecimento integral da realidade, banindo finalmente os ídolos e os fantasmas das explicações religiosas ou metafísicas.

É assim que para a descoberta da realidade na sua estrutura intrínseca partiu Joaquim Pimenta da tríplice divisão do conhecimento estabelecida pelo filósofo de *Os Primeiros Princípios,* ou seja o conhecimento empírico ou vulgar, que

resulta diretamente da experiência individual e coletiva, noutras palavras o conhecimento não organizado, daí avançando para o conhecimento parcialmente unificado, que vem a ser o conhecimento científico, para completar o ciclo no conhecimento completamente unificado, ou conhecimento filosófico, dentro de leis gerais que se entrelaçam e harmonizam numa síntese.

Sua fé na ciência leva-o a não aceitar o conhecimento revelado, onde tem guarida o conteúdo religioso, transcendental. Seu cientificismo chega mesmo a afastá-lo de Spencer, pois não tolera, como o filósofo evolucionista, a zona neutral do *Incognoscível,* onde se poderiam reunir e conciliar deístas, panteístas e ateus, onde todos os sistemas religiosos e filosóficos poderiam acomodar-se ou pressupor um fundo comum de verdade. Igualmente não aceita o *Noumeno* do criticismo kantiano e todas as concessões das filosofias agnosticistas.

Após comentar as mais citadas classificações das ciências, tais como as de Bacon, Augusto Comte e Herbert Spencer, Joaquim Pimenta apresenta-nos outra, baseada em suas próprias conclusões, com apoio nos citados tratadistas e mais Alexandre Bain, J A. Tompson, Pearson, Flint e outros, englobando todas as ciências na seguinte ordem: fundamentais, instrumentais e concretas.

As fundamentais, compreendendo a físico-química, a biologia, a psicologia e a sociologia, ocupam-se, respectivamente, do mundo inorgânico, do mundo vital, do mundo psíquico e do mundo social, os quatro aspectos que dão o fundamento, que formam toda estrutura da vida universal. As instrumentais são os instrumentos ou técnicas de cada uma das quatro ciências fundamentais, a lógica e as matemáticas. E por fim as concretas, as que derivam ou são divisões das ciências fundamentais, em número indeterminado e por isso mesmo não seriadas em nenhuma classificação. Tal é o roteiro que nos dá o mestre no rumo do conhecimento.

Quanto à Sociologia, ciência da sociedade ou dos fatos sociais, enfileira-se Joaquim Pimenta entre aqueles que lhe dão um campo de investigação privativo, baseado no caráter específico dos fenômenos sociais, tendo a sociedade por substrato. Essa especificidade se traduz na convivência, interação e solidariedade dos grupos sociais. E verifica que, pela própria lei de divisão do trabalho, a sociologia se divide em tantos ramos quantos forem os diferentes aspectos de que

se revestem os fatos sociais. Devendo a ciência ser profana, heterodoxa e objetiva, não admite que se aplique o termo sociologia a assuntos pueris, tampouco suporta a mesma denominação para comunicar uma aparência de rejuvenescimento de velhos credos em declínio. Falar, no caso religioso, por exemplo, em uma sociologia cristã, católica-protestante-grego-ortodoxa, ou bramanista, budista, maometana, "seria o mesmo que admitir-se uma física judaica, uma química bramânica, uma biologia budista e uma psicologia maometana; ou cada religião com a sua teoria científica e sistemática do Universo, ou sendo a Religião a própria Ciência."

Adverte que "em vez de uma sociologia cristã, ou bramânica ou budista, o que há é uma sociologia religiosa — do cristianismo, do bramanismo, do budismo, do politeísmo, do animismo, do naturismo, do totemismo, isto é, das religiões consideradas como fatos sociais —", pois se tal absurdo viesse a prevalecer, na área das crenças, teríamos tantas sociologias quantos fossem os credos religiosos, em vez de uma sociologia, ciência das sociedades.

Enxergando na sociologia uma ciência natural, seu desentendimento com o sociólogo Gilberto Freyre, da corrente culturalista, foi completo e traumatizante. Escreveu o autor de *Casa Grande e Senzala,* no primeiro volume de sua obra *Sociologia,* introdução ao estudo dos seus princípios, considerar a disciplina uma só ciência, mas "ciência anfíbia", ou seja "em parte natural, em parte cultural", visivelmente influenciado pela direção alemã de Dilthey, Windelband e Rickert. Joaquim Pimenta revidou com acrimônia, dentro do seu estilo guerreiro, multiplicando os argumentos *ad hominem.*

A refutação borbotou em uma vintena de artigos, publicados em *O Semanário* e depois integrando a última obra de Joaquim Pimenta, *O homem de um olho só,* edição de 1961, em brochura da Livraria Freitas Bastos. A tese capital reitera que se não é possível separar o homem da sociedade também não se podem separar os dois da natureza. Sobretudo porque o homem ou o indivíduo está para a sociedade como a célula para o organismo. E ao mesmo tempo que é um "ser social", em "estado de sociedade", é "um ser vivo" em "estado de natureza". Ademais, "o fato social resulta, na sua complexa e integral unidade, de fatores físicos, que determinam ou condicionam outros tantos fatores biológicos, os quais, por sua vez, determinam e condicionam outros tantos, de natureza psíquica, senão todos, simultaneamente, atuam e for-

mam um só encadeamento de causas e efeitos ou de processos "naturais" e "culturais" que se coordenam e se ajustam na origem e evolver das comunidades humanas". E assim o "espírito" antes de ser uma "força criadora" na, e não da sociedade, é uma "força criadora" da natureza. É a própria natureza que se fez cérebro, assegura Joaquim Pimenta citando Elisée Reclus.

A impugnação prosseguiu quanto ao número de sociologias especiais, que Gilberto Freyre reduz a seis e Joaquim Pimenta cataloga em dez. Demorou-se ainda em apontar e pretender escoimar o que considerou erros de lógica, impropriedades literárias, históricas, sociológicas e filosóficas, acusando possíveis plágios e implicando, de resto, com determinadas apreciações sobre Durkheim, Karl Marx e Sorokin, que se aceitas como foram redigidas, pondera, deslocariam a sociologia do seu lugar de ciência para o de uma nova sofística, alimentada pelos preconceitos. As contribuições dos grandes estudiosos, arremata Joaquim Pimenta, homens "que viveram em épocas, em civilizações, em meios sociais diferentes ou distantes", deixou de ser "individual ou pessoal, em relação a cada um, para ser comum em relação a todos".

Tivemos oportunidade de ver e ouvir Joaquim Pimenta em 1948, quando ele retornou a Fortaleza para examinar, ao lado de Hermes Lima, Djacir Menezes e mestres locais, os Professores Solon Farias e Heribaldo Costa, em concurso para catedrático da Faculdade de Direito do Ceará.

De Fortaleza a Tauá multiplicaram-se as recepções e homenagens. E o que se notou foi que apesar de tantos anos passados e de tantos embates sustentados, noutras terras e em diversa paisagem social, Joaquim Pimenta permanecia o mesmo cearense de outrora, ainda fascinado pelo seu inesquecido rio Trici, seco no verão e transbordante de vida no inverno, e o enamorado fiel da sua Serra de Quinamuiú, com o seu dorso de pedra apontando para o infinito.

Então, nos seus contatos com a imprensa e com o povo, fazia questão de dizer, alto e bom som, que nunca havia saído do Ceará, pois sempre o conduzira no coração!

E até mesmo quanto às suas escaramuças de incredulidade, tal como as chamava o saudoso Padre Leopoldo Fernandes, fez questão de tornar bem claras as suas posições.

Em entrevista concedida a Geraldo da Silva Nobre, na *Gazeta de Notícias*, deu a entender que nada mais fez do que criticar e analisar princípios e idéias. Em suas palavras, com-

bateu a intolerância a serviço de uma crença ou de um sistema, "a hipocrisia, o embuste, a mentira, com que se procura acobertar a verdade, denegrir as consciências e convertê-las em instrumentos de dominação, adulterando ou corrompendo idéias e crenças". Nunca, por conseguinte, teve repulsa pela Religião e por aqueles que sinceramente a professam.

Tal confissão, convém revelar, explica um fato dado a conhecer em suas memórias. Já professor, em Recife, em plena fase de completa incredulidade, teve a alma tomada de tristeza e de saudade quando soube ter sido substituida, por outra mais moderna, a velha imagem de Nossa Senhora do Rosário, dos seus dias de sacristão da igreja matriz de Tauá...

A existência de Joaquim Pimenta muito ensina de bom, muito ensina de belo, mesmo quando nos apresenta o homem forte que foi, habituado a arrostar e vencer os obstáculos. Lutador indomável, sempre estava a batalhar, à procura da sua verdade. Curioso e incrédulo, tinha no peito um coração sincero e nobre. Viveu intensamente a sua trajetória, deixando exemplo e obra, orgulho para os seus descendentes e conterrâneos. Realmente merece, neste seu primeiro centenário de nascimento, a admiração, o respeito e mesmo o culto cívico dos que se harmonizam no reconhecimento de seus méritos.

Embora possam sobrevir descontos, reapreciações e correções inevitáveis, o saldo que resta é uma epopéia de bravura, de sabedoria e de humanidade, que fazem o pedestal de sua glória, a ser inscrita na História de sua terra e de sua gente.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO:

JOAQUIM PIMENTA — *Retalhos do Passado* — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1949.

JOAQUIM PIMENTA — *Sociologia Jurídica do Trabalho* — Editora Nacional do Direito Ltda. — Rio de Janeiro — 1948.

JOAQUIM PIMENTA — *Enciclopédia de Cultura* — Vol. I e II — Livraria Freitas Bastos S.A. — Rio de Janeiro — 1963.

JOAQUIM PIMENTA — *O homem de um olho só* — Livraria Freitas Bastos S.A. — Rio de Janeiro — 1961.

ABELARDO F. MONTENEGRO — *Soriano de Albuquerque. Um pioneiro da Sociologia no Brasil* — Imprensa Universitária — Fortaleza — 1977 (2.ª edição).

CLÓVIS BEVILÁQUA — *História da Faculdade de Direito do Recife* — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro — 1927.

ANDRÉ LALANDE — *Vocabulario Técnico y Crítico de la Filosofía* — Librería "El Ateneo" Editorial — Buenos Aires — 1953.

GILBERTO FREYRE — *Sociologia* — 1.º Tomo — Livraria José Olímpio, Editora — Rio de Janeiro — 1957.

LEÃO XIII — *Rerum Novarum* — Edição Organização Simões — Rio de Janeiro — 1950.

HÉLIO MELO — "Cem anos de Joaquim Pimenta" — Artigo em *O POVO*, edição de 20/10/86, Fortaleza.